

APRESENTAÇÃO

Interdisciplinaridade. Depois de décadas, mais de um século, de predomínio das concepções positivistas sobre as ciências, finalmente a ideia da interdisciplinaridade tornou-se moeda corrente. A aparente vitória de concepções mais amplas e complexas da atividade científica parece, no entanto, ilusória. Embora a palavra interdisciplinaridade seja hoje pronunciada em todo lugar – inclusive nas políticas das instituições oficiais de fomento, apoio e desenvolvimento científico –, o fato é que a cultura da fragmentação entre ciências particulares parece arraigada demais para permitir mais do que um mero diálogo de curiosos entre pesquisadores de esferas diferentes.

Naturalmente, a Economia, ciência que, principalmente em seu tronco dominante, configura-se como verdadeiro berço esplêndido tardio do positivismo, não poderia deixar de nutrir, praticar e expressar verdadeiro desprezo pela pesquisa efetivamente interdisciplinar. Considerando o ambiente da época, não é possível negar o contato com a produção de outras ciências. Mas o fato é que, ao tocar o limite de outros campos científicos, a Economia em geral exibe uma ânsia de ocupação imperial, em lugar de uma disposição franca de aprender e contribuir para a recomposição do objeto das ciências sob a forma de textos.

É de se esperar que uma publicação como a *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, que afirma, em sua política editorial, discordar “fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos”, não apenas admita como incentive a interdisciplinaridade. Observando-se artigos diversos

publicados em nossa Revista desde sua primeira edição, pode-se (feliz e orgulhosamente) atestar que isso aconteceu de fato: muitos dos trabalhos publicados neste espaço dificilmente poderiam ser classificados como artigos “de Economia (Política ou não)” ou de outra ciência particular. São, sim, artigos sobre aspectos da vida social ou sobre a totalidade de relações que conforma a sociedade, possuem nítido caráter científico, mas não poderiam ser classificados nos critérios positivistas como “de Economia”, “de Sociologia”, “de História”.

O tema interdisciplinaridade foi trazido para o editorial desta edição 40 tanto pelo perfil dos artigos que formam seu conteúdo, mas também pelo processo que os selecionou. Foi curioso perceber a preocupação, em alguns pareceres, de alertar o editor para o fato de o artigo não ser exatamente “de Economia”. Aos zelosos pareceristas, um agradecimento sincero pelo alerta amigo, porém desnecessário. Aos leitores e autores, que se reforce aqui o compromisso de garantir, em nossa Revista, o espaço para o pensamento crítico nas ciências sociais, como quer que ele se expresse. Sejam bem-vindos os cientistas que praticam a interdisciplinaridade legítima.

Parece ser este o caso, em maior ou menor grau, de todos os artigos elencados no sumário desta edição. Os dois primeiros deles, aliás, são resultado de um daqueles acasos que

facilitam o trabalho de qualquer editor. Tratam basicamente do mesmo tema: o papel das cooperativas de produção no capitalismo e para além dele. Mas o fazem de formas distintas, com métodos distintos, em níveis de abstração distintos, ambos no âmbito das “ciências humanas e sociais”.

No primeiro artigo, Rodrigo Straessli Pinto Franklin e Pollyanna Paganoto Moura recorrem à famosa análise da alienação dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Marx para apontar os limites das cooperativas. Os autores defendem a importante ideia de que as cooperativas, ao atuarem em ambiente mercantil, ficam à mercê da inversão sujeito-objeto que caracteriza a própria alienação.

O mesmo tema e a mesma conclusão aparecem, de certa forma, no artigo de Renake B. David das Neves “A disciplina do trabalho nas empresas recuperadas autogestionadas na Argentina”. A autora se vale dos resultados de sua rica pesquisa *in loco* para justamente apontar os limites das empresas que passaram a ser geridas por trabalhadores no curso do longo período de vigência da tragédia neoliberal Argentina. O trabalho, todavia, complementa o argumento crítico apontando as virtudes e o potencial emancipatório contido nas experiências das cooperativas mediante o registro da experiência pelos próprios trabalhadores.

No terceiro artigo desta edição, Flávio Ferreira de Miranda se debruça sobre um tema que costumeiramente provoca polêmicas entre marxistas mesmos ou com seus interlocutores e/ou críticos: o efetivo juízo de Marx sobre o contato do capitalismo mais desenvolvido com suas “colônias” de fato e/ou de direito. Contra o entendimento dominante, que reconhece dois Marx – um etapista e insensível com a barbárie da colonização, outro mais aberto a reconhecer possibilidades revolucionárias na “periferia” –, Miranda alega a existência de uma unidade de princípios. Unidade esta que, segundo o autor, amarra os diversos momentos da análise de Marx como expressões contextuais de um raciocínio semelhante e que só pode ser reconhecida levando em consideração o conjunto de sua obra.

Em seguida, a Revista publica um artigo valioso para pesquisas diversas sobre os conflitos rurais no Brasil. Em seu “Da natureza das relações de produção à dimensão cultural da ação política: Problemáticas e caminhos teóricos acerca dos conflitos rurais”, Angélica Massuquetti mapeia e classifica a orientação da produção sobre o tema no Brasil das décadas de 1960 a 1990. O período é particularmente relevante não apenas pelo conjunto de transformações experimentadas pelo país – golpe militar, ditadura prolongada, imediato pós-ditadura –, mas também pelo rebatimento de tais transformações no campo brasileiro, que se expressaram muitas vezes (também) sob a forma de abertos conflitos rurais. O trabalho de Massuquetti é uma espécie de “meta-análise”, pois examina não exatamente

o objeto “conflitos rurais”, mas as análises de intelectuais (acadêmicos) sobre este objeto.

O quinto artigo desta edição é indubitavelmente aquele com maior potencial de provocar polêmica. Carlos Alves do Nascimento, Fernando Frota Dillenburg e Fábio Maia Sobral defendem com muita paixão e esforço a tese de que, no Livro I de O capital, a temática da superexploração já figuraria como momento decisivo do argumento teórico, inclusive no que se refere a suas implicações para a prática social (revolucionária, em particular). Em sua interpretação da obra, os autores encontram um momento de inflexão, no qual Marx desdobraria a análise da superexploração a partir da categoria da exploração.

A Revista publica ainda a tradução de um artigo de Tsuyoshi Yuki, aqui intitulado “Reconsiderando a crítica de Gesell sobre a teoria do capital de Marx”. O pesquisador da Universidade Saitama, do Japão, apresenta a Economia Política do relativamente desconhecido economista alemão Silvio Gessell, que ninguém menos do que Keynes encarava como fundamental para enfrentar a influência do marxismo na disciplina. Na Sociedade Brasileira de Economia Política são muitos os pesquisadores interessados sobre a relação – para muitos, impossível e mesmo indesejável – entre a obra de Marx e de Keynes. O trabalho evidentemente será de interesse deste amplo público.

A edição 40 é encerrada com a resenha do polêmico livro de Moishe Postone “Tempo,

trabalho e dominação social” recentemente publicado em português pela Boitempo Editorial. O autor da resenha, Henrique Braga, é, possivelmente, o brasileiro mais indicado para realizá-la atualmente, posto que se encontra em período de doutorado sanduíche na Universidade de Chicago, justamente sob a orientação de Postone.

Dando sequência ao propósito de integrar a Revista às edições do Encontro Nacional de Economia Política, esta Edição 40 procura estabelecer a mediação entre o XIX e o XX Encontros. Esta integração, na prática, concretiza-se pela coleta de trabalhos do período do XIX ENEP para divulgação em uma publicação que figura entre os materiais da XX Edição. A XX Edição do Encontro Nacional de Economia Política, sediada na Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu, tem como tema “Desenvolvimento latino-americano: integração e inserção regional”. A Sociedade Brasileira de Economia Política agradece aqui à própria UNILA, que abriga o Encontro, e aos seus apoiadores: Itaipu Binacional, Capes, CNPq, IPEA, BNDES, Caixa, Fundação Araucária.